nos termos da lei de processo e segundo o estatuto já estabelecido pela anterior Comissão.

3 — A Comissão terá a seguinte composição:

Partido Social Democrata — 8 deputados;
Partido Socialista — 5 deputados;
Partido Renovador Democrático — 4 deputados;
Partido Comunista Português — 3 deputados;
Centro Democrático Social — 2 deputados;
Movimento Democrático Português — 1 deputado.

4 — A Comissão apresentará o relatório no prazo máximo de 6 meses.

Aprovada em 11 de Dezembro de 1985.

O Presidente da Assembleia da República, *Fernando Monteiro do Amaral*.

Rectificação

Para os devidos efeitos se declara que a Lei n.º 45/85, de 17 de Setembro, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 214, de 17 de Setembro de 1985, cujo original se encontra arquivado nestes serviços, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

Na parte final, onde se lê:

Aprovado em 5 de Julho de 1985.

O Presidente da Assembleia da República,
(*Fernando Monteiro do Amaral*)

deve ler-se:

Aprovada em 5 de Julho de 1985.

O Presidente da Assembleia da República,
Fernando Monteiro do Amaral.

Promulgada em 14 de Agosto de 1985.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendada em 16 de Agosto de 1985.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

Assembleia da República, 10 de Dezembro de 1985. — A Secretária-Geral da Assembleia da República, *Maria do Carmo Romão*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Decreto-Lei n.º 1/86

de 2 de Janeiro

A defesa nacional impõe a criação de meios que impeçam, por processos normais de cedência de bens

ou de serviços feitos por residentes nacionais a entidades estrangeiras, a eventual transferência de tecnologia lesiva dos interesses do País.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

(Registo)

1 — São obrigatoriamente sujeitos a registo os contratos celebrados entre residentes em Portugal e não residentes, em que os primeiros:

- Cedam o uso de patentes, marcas, modelos, desenhos ou inventos, bem como outros conhecimentos não patenteados;
- Prestem a assistência técnica à gestão de empresas, ou de projectos isolados, ou a deslocação de técnicos para formação de pessoal;
- Promovam ou apoiem a construção ou manutenção de unidades industriais, estradas, pontes, portos ou outras estruturas de interesse geral.

2 — Não é motivo de isenção da obrigatoriedade do registo o facto de a transferência de tecnologia prevista no número anterior estar associada a investimento directo feito no estrangeiro por um residente em Portugal.

3 — O registo será provisório até à conclusão do processo de aprovação, convertendo-se, então, em definitivo.

4 — Os contratos acima referidos que não forem registados são juridicamente nulos.

Artigo 2.º

(Processo)

1 — O registo dos contratos referidos no artigo anterior será feito no Ministério do Comércio e Turismo e dele será dado conhecimento ao Ministério da Defesa Nacional, no prazo de 3 dias.

2 — Recebida a comunicação, o Ministério da Defesa Nacional pode, no prazo de 5 dias, suspender o processo de aprovação do contrato.

Findo este prazo, sem expressa comunicação em contrário, considerar-se-á tacitamente aprovado.

3 — Se houver despacho de suspensão, nos termos do n.º 2, o Ministério da Defesa Nacional, no prazo de 8 dias, fundamentará a não aprovação, sob pena de se considerar também tacitamente aprovado.

4 — As decisões negativas do Ministro da Defesa Nacional serão baseadas na ofensa dos interesses da defesa nacional.

Artigo 3.º

(Proibição de exportações)

O Ministro da Defesa Nacional pode proibir a exportação de bens produzidos em território nacional, ou previamente importados, ou que se encontrem em trânsito no nosso país, com o fundamento de poderem ser lesados os interesses da defesa nacional.